

tendo optado também em promover uma cultura permanente de elaboração de inventários corporativos de GEE. As emissões da empresa estão divulgadas no registro público de emissões, atualmente o maior banco de dados de inventários corporativos da América Latina. Ao longo do ano, desenvolvemos em parceria com institutos e organizações, projetos sociais que serão implantados em comunidades das áreas de influência do Campo de Atlanta. Dentre estas iniciativas, foram elaborados projetos de promoção da proteção ambiental e conhecimento do ambiente marinho, ampliação de práticas esportivas e fortalecimento de ações para o tratamento oncológico. Reafirmamos nosso compromisso com a transparência e a gestão responsável e, além da manutenção de um canal para comunicação direta com as partes interessadas, iniciamos a elaboração de nosso 7º Relatório Anual de Sustentabilidade, que deverá ser divulgado no primeiro semestre de 2018.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.046	90	18.815	17.738
Aplicações financeiras	10	65.855	2.585	1.874.376	1.159.778
Caixa restrito	5	-	-	128.539	102.292
Contas a Receber	5	-	-	863	1.542
Estoque	7	-	-	50.024	36.046
Impostos e Contribuições a Recuperar	11.1	-	92	20.028	15.498
Contas a Receber - Partes Relacionadas	9	2.081	-	161.163	-
Juros sobre Capital Próprio	9	161.163	-	108.005	64.021
Créditos com Parceiros	8	-	-	70.003	-
Bens Disponíveis para Venda	8	-	-	13.722	4.476
Outros	8	1.170	-	-	-
Total do Ativo Circulante		231.315	2.767	2.284.375	1.433.910
Não Circulante					
Caixa Restrito	10	-	-	158.270	125.245
Dividendos mínimos obrigatórios	4	-	-	156.545	160.984
Impostos e Contribuições a Recuperar	11.1	-	-	4.188	4.540
IR e CSLL Diferidos	11.4	-	-	45.361	44.414
Outros Ativos não Circulantes	-	-	-	1.009	1.600
Investimentos	12.2	2.907.705	2.777.035	143.397	138.363
Imobilizado	13	-	-	735.191	928.211
Intangível	14	-	-	1.654	1.219
Total do Ativo não Circulante		2.907.705	2.777.035	1.654.165	2.129.510
Total do Ativo		3.139.020	2.779.802	3.938.541	3.563.420

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Relacionamento com Auditores Independentes

A política da Companhia com relação aos auditores independentes na prestação de serviços não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras fundamenta-se em princípios que preservam a sua independência. Esses princípios são: o fato de que o auditor não deve atuar seu próprio trabalho em operações comerciais, gerais, não relacionadas ao seu cliente ou prestar quaisquer serviços que possam ser considerados restritos segundo as normas emitidas pelo ICPMG Auditores Independentes ("IPMG") foi contratada pela QGEP Participações S.A. para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Em conformidade às normas brasileiras de preservação da independência do auditor externo, nossos auditores independentes não prestaram outros serviços profissionais além daqueles de auditoria independente das demonstrações financeiras relacionados à Companhia e suas controladas.

Declaração da Diretoria

Em conformidade com as disposições na Instrução CVM no. 480/09, a Diretoria declara que discutiu e revisou as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, e que concordou com as opiniões expressas no Relatório de Auditores Independentes.

Agradecimentos

Expressamos nossa gratidão e reconhecimento a todos os colaboradores, fornecedores e parceiros. Agradecemos também aos representantes do poder público e aos demais stakeholders, pelo apoio e confiança em nossa Companhia. Rio de Janeiro, 7 de março de 2018. A Administração

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

Receita Líquida	Nota	Controladora		Consolidado	
		01/01/17	01/01/16	01/01/17	01/01/16
Lucro Bruto					
Receitas	18	-	-	501.726	474.454
Outros	19	-	-	(227.714)	(240.732)
Recursos (Despesas) Operacionais					
Gerais e administrativas	19	(5.545)	(4.691)	(52.104)	(49.597)
Equivalência patrimonial	12	417.315	157.151	(1.772)	509
Gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás	20	-	-	(27.732)	(62.540)
Outras operacionais líquidas	-	-	-	149.942	127.888
Resultado Operacional do Resultado Financeiro					
Rendimento das aplicações financeiras	21	3.156	453	112.401	51.009
Outras receitas e despesas financeiras	21	(17.682)	(15)	(20.128)	(4.460)
Resultado Financeiro, Líquido					
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	-	-	-	397.244	434.619
Imposto de renda e contribuição social correntes	11.3	(39.869)	-	(78.301)	(13.834)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.3	-	-	1.057	(11.841)
Resultado Líquido do Exercício					
357.375	152.898	357.375	152.898	-	-
Resultado Líquido do Exercício por Ação - Básico e Diluído					
25	1,38	0,58	-	-	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

Lucro líquido do exercício	Nota	Controladora		Consolidado	
		01/01/17	01/01/16	01/01/17	01/01/16
Outros resultados abrangentes	-	-	-	357.375	152.898
Ajustes acumulados de conversão de empresas não exterior	12	2.533	(27.715)	2.533	(27.715)
Resultado abrangente do exercício					
359.908	125.183	359.908	125.183	-	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

Receitas	Nota	Controladora		Consolidado	
		01/01/17	01/01/16	01/01/17	01/01/16
Receitas de gás	18	-	-	765.786	570.664
Outras receitas	-	-	-	620.576	586.674
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-	-	1.234	1.209
Insumos Adquiridos de Terceiros (Inclui os Valores dos Impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)					
1.692	934	133.650	344.010	-	-
Custo dos produtos, das mercadorias e serviços vendidos	-	-	-	145.566	104.593
Despesas com energia, serviços de terceiros e outros	1.692	934	(24.622)	137.180	
Outros	-	-	-	12.706	12.237
Valor (Utilizado) Adicionado Bruto					
13/14	(1.692)	(934)	632.136	406.654	
Depreciação, Amortização e Exaustão					
65.641	67.654	-	-	-	-
Valor Adicionado Líquido Produzido (Utilizado) Pela Entidade					
(1.692)	(934)	566.495	339.000	-	-
Valor Adicionado Recebido em Transferência					
402.801	157.592	111.887	61.222	-	-
Resultado de equivalência patrimonial e dividendos	12.2	417.316	157.151	(1.772)	509
Receitas financeiras	21	(14.514)	441	105.937	58.996
Outros	-	-	-	6.222	1.717
Valor Adicionado Total a Distribuir					
Distribuição do Valor Adicionado					
Remuneração direta	3.082	3.008	42.509	46.149	
Benefícios	151	145	6.259	6.406	
F.G.T.S	-	-	2.620	2.755	
Outros	6	-	52	(68)	
Impostos, taxas e contribuições:	3.239	3.153	51.440	52.242	
Estaduais	40.487	60	343.679	375.909	
Municipais	-	-	56.906	53.992	
Remuneração de capitais de terceiros:	40.487	604	245.964	175.294	
Juros	(1)	1	7.478	5.423	
Aluguéis	-	-	2.217	2.623	
Despesas bancárias	11	-	3.275	2.959	
Varição monetária / cambial	-	-	3.275	2.959	
Remuneração de capitais próprios:	10	3	22.803	16.788	
Resultado líquido do exercício	357.375	152.898	357.375	152.898	
357.375	152.898	357.375	152.898	-	-
Valor Adicionado Distribuído					
401.111	156.658	677.582	400.222	-	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

Saldo em 1 Janeiro de 2016	Nota	Reserva de capital		Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes	Dividendos adicionais a serem pagos	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de reservas	Reserva legal	Reserva de reservas					
Ajustes acumulados de conversão	12	-	-	36.166	535.946	43.369	38.676	-	2.689.933	3.373.124
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano de opções de ações	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	25	-	-	-	-	-	-	-	152.898	152.898
Reserva legal	-	-	-	7.645	-	-	-	-	(7.645)	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	106.577	-	-	-	(106.577)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2016										
2.078.116	41.874	43.811	642.523	15.654	38.676	(81.007)	-	2.779.647	-	5.585.647
Saldo em 1 Janeiro de 2017										
2.078.116	41.874	43.811	642.523	15.654	38.676	(81.007)	-	2.779.647	-	5.585.647
Ajustes acumulados de conversão	12	-	-	-	-	2.533	-	-	2.533	2.533
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano de opções de ações	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	25	-	-	-	-	-	-	-	152.898	152.898
Reserva legal	-	-	-	17.869	-	-	-	-	(17.869)	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	60.493	-	-	-	(60.493)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2017										
2.078.116	42.267	43.811	642.523	18.187	399.997	(70.614)	-	3.110.107	-	6.342.202

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		01/01/17	01/01/16	01/01/17	01/01/16
Lucro líquido do exercício	25	357.375	152.898	357.375	152.898
Ajustes para reconciliar o resultado líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Equivalência patrimonial	12.2	(417.315)	(157.151)	1.772	(509)
Varição cambial sobre investimento	12.2	-	-	(9.034)	-
Amortizado e depreciação	13/14	-	-	65.576	67.147
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.4	-	-	(947)	1.124
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos e empréstimos / outros passivos	-	-	-	7.839	15.948
Juros capitalizados	15	-	-	9.349	-
Baixa de imobilizado / intangível	13/14	-	-	189	87.811
Exercício do direito de opção de ação	25	-	-	10.393	-
Despesa com plano de opção de ação	25	-	-	(1.162)	3.975
Provisão para imposto de renda e contribuição social	11.3	(39.869)	-	78.301	13.834
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	566	(3.848)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	5	-	-	(26.247)	323
Ativos a receber	11.1	92	(9)	(5.626)	38.674
Partes relacionadas	-	(2.081)	-	(4.530)	(8.757)
Juros sobre capital próprio	-	(161.163)	-	-	-
Outros ativos	-	(1.170)	-	(51.961)	(39.320)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	11.2	95	(30)	41.713	(15.946)
Partes relacionadas	-	28.519	3	(31.303)	(19.711)
Outros passivos	9	-	-	(831)	3.518
Juros pagos	15	-	-	14.513	60.516
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(6.532)	(15.904)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

1. Contexto Operacional

1.1. Estrutura societária. A QGEP Participações S.A. com sede na Avenida Almirante Barroso 52, sala 1301 (parte), Rio de Janeiro ("Companhia" ou "QGEP") tem como objeto social a participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, seja como sócio ou controlador, seja como parceira operacional. A QGEP Netherlands B.V. ("QGEP NL") com sede na cidade de Rotterdam, Holanda, controladora integral da QGEP, tem como objeto social constituir, gerenciar e supervisionar empresas para realizar todos os tipos de atividades industriais e comerciais, bem como todas e quaisquer coisas que estejam relacionadas às atividades descritas. A Atlanta Field B.V. ("AFBV") com sede na cidade de Rotterdam, Holanda, é controlada indireta da QGEP e direta da QGEP B.V., uma quel 30% de participação societária. A AFBV tem como principal objeto social a aquisição, organização, construção, compra, venda, locação, arrendamento ou afretamento de materiais e equipamentos a serem utilizados para a exploração e aproveitamento das áreas de concessão e, ainda, adquirir, administrar e operar equipamentos, incluindo aqueles registrados para as atividades declaradas do Grupo. A AFBV possui ainda a OXG Netherlands Holding B.V. e a FR Bar 15.á.R.L., como acionistas com 40% e 30%, respectivamente. A AFBV foi criada visando a parceria dos mencionados acionistas com a QGEP na exploração do Bloco BS-4, cujo controle é conjunto. A QGEP International GmbH in Líquid ("QGEP International"), com sede na cidade de Viena, Áustria, subsidiária integral da QGEP, tem como objeto social aquisição e participação em empresas na Áustria e exterior, constituição e gestão de empresas subsidiárias na Áustria e exterior e gestão de seus ativos. O Conselho de Administração aprovou o encerramento das operações desta empresa em reunião realizada em 10 de abril de 2017 e os trâmites

4. Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e depósitos bancários	1.046	90	18.815	17.738
Total	1.046	90	18.815	17.738

Em 31 de dezembro de 2016 o caixa e equivalentes de caixa encontravam-se concentrados em certificados de depósitos bancários pós-fixados (CDB) e debêntures compromissadas, com liquidez imediata, estando sua rentabilidade atrelada à remuneração dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), sem risco de variação significativa principal e rendimentos quando do resgate, ocorrido em ano de 2016. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui somente caixa e depósitos bancários a prazo para frente a pagamentos já programados. b) Aplicações financeiras (circulante e não circulante)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Operações Compromissadas (i)	-	-	2.585	-
Fundo de investimento exclusivo - renda fixa (ii)	65.855	-	65.855	-
Total	65.855	-	68.440	2.585

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Operações Compromissadas e CDBs (i)	222.632	-	222.632	-
Fundo cambial exclusivo (iii)	-	-	346.355	-
Fundo de investimento exclusivo multimercado (ii):	1.808.289	-	1.808.289	-
Total	2.030.921	-	2.377.271	-

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Operações Compromissadas (debêntures)	54.117	-	54.117	-
CDB (pós-fixado CDI)	9.261	-	9.261	-
Títulos públicos (LFT/NTN/ LTN)	1.278.713	-	1.278.713	-
Letras Financeiras (iv)	455.340	-	455.340	-
Total	2.030.921	-	2.377.271	-

(i) Não consolidado, o valor classificado como ativo não circulante e refere-se à aplicação financeira em operações compromissadas e CDBs, coletiva de fiança com vencimentos em 2019 e 2021 (nota explicativa 15). (ii) A controladora QGPEP e a controladora QGEP possuem fundo de investimento exclusivo multimercado, sem perspectiva de utilização dos recursos em um prazo de 90 dias da data de sua aplicação, que investe em cotas de dois fundos exclusivos de renda fixa lastreados em títulos públicos indexados à variação da taxa Selic e títulos privados indexados à variação da taxa da CDI. (iii) Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía fundo cambial exclusivo com o objetivo de proteção de proteção da empresa com gastos exploratórios e de produção em moeda estrangeira. Este fundo foi encerrado em 27 de setembro de 2017. (iv) Letras Financeiras dos Bancos Bradesco, CEF, Citibank, do Brasil, Itaú, Safra e Santander. c) Rentabilidade. A rentabilidade dos equivalentes de caixa e aplicações financeiras foi equivalente à média de 100,13% da variação da taxa CDI acumulada do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (101,93% em 31 de dezembro de 2016). No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a variação do fundo cambial foi de -16,21% (PTAX -16,54% como benchmark do fundo). Seguindo sua Política de Gestão de Riscos de Mercado, de 12 de março de 2015, a Companhia identificou que nos próximos 24 meses (a partir de 27 de setembro de 2017) os valores a receber em dólares superaram suas obrigações, não sendo necessária neste momento a manutenção de recursos aplicados no Fundo Cambial. Este balanço entre ativos e passivos em dólares é baseado em projeções internas e monitorado mensalmente.

5. Contas a Receber

A QGEP tem contrato de longo prazo iniciado em 2007 com vencimento em junho de 2030 para fornecimento do gás no volume anual de gás à Petróbras do Campo de Manati, por um preço em reais que é ajustado anualmente com base em índice contratual corrigido pela inflação brasileira, com cláusula de *take or pay*. Em 16 de julho de 2015, foi assinado o aditivo ao referido contrato de venda de gás que previa a compra do volume de 23 bilhões de m³ de gás, que elevou o volume total contratado para toda a reserva do Campo, mantendo-se os demais termos e condições do contrato original. Os saldos de contas a receber nos montantes de R\$128.539 e R\$102.292 registrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente, referem-se basicamente à venda de gás para a venda de gás para a Petróbras, as quais não possuem inadimplência ou atraso, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois o saldo de contas a receber é composto apenas de saldo a vencer com prazo médio de recebimento de, aproximadamente, 40 dias após a emissão da nota fiscal. Em 31 de dezembro de 2017, a Petróbras não adquiriu todo o volume contratado que define o *take or pay* anual. Dessa forma, a QGEP possui registrado nesta data o valor de R\$11.970, sendo R\$8.287 referente ao ano de 2017 a receber em contrapartida de obrigação firmada pela entrega futura que deverá ser realizada.

6. Créditos com Parceiros

Refletem gastos incorridos nas atividades de E&P que são cobrados ("cash calls") ou a serem cobrados aos parceiros não operadores nos respectivos consórcios, ou alocados pelos parceiros operadores a Companhia nos blocos não operados pela QGEP. Do montante total de R\$108.005 e R\$64.021 registrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente, 40% referem-se a parcela dos direitos de participação no bloco BS-4 que representam R\$78.539 e R\$45.609, respectivamente, naquelas datas. Do montante de R\$78.539, R\$41.712 foram arcuados ao longo de 2017 e em 31 de dezembro de 2017. O restante dos valores supra mencionados são relativos a outros consórcios (R\$29.467 e R\$18.412, respectivamente aos exercícios de 2017 e 2016). Em 17 e 18 de janeiro e 15 de fevereiro de 2018 foram emitidos novos "cash calls" relativos à parcela de 40% dos direitos de participação para o bloco BS-4, no valor de R\$33.165, R\$2.206 e R\$37.947 com vencimentos em 01 de fevereiro de 2018, 02 de fevereiro de 2018 e 02 de março de 2018, respectivamente. Assim como os montantes vencidos e não pagos pela Dommo Energia S.A. (denominada "Dommo", antiga OXG Petróleo e Gás S.A. - Recuperação Judicial) nos exercícios de 2016 e 2017, o montante de fevereiro de 2018 foi reduzido na proporção de 20% cada por QGEP e Barra Energia, respectivamente, o montante de março continua em aberto e deverá ser novamente suportado por QGEP e Barra Energia na mesma proporção. Conforme já divulgado pela Companhia, e tendo em vista a inadimplência histórica da Dommo com suas obrigações de aporte financeiro no consórcio do bloco BS-4, a Barra Energia exerceu em outubro de 2017 os direitos de execução previstos nos documentos do consórcio. A Dommo contesta a validade da expulsão em procedimento arbitral perante a Corte de Arbitragem Internacional de Londres (LCIA). Os aportes feitos pela QGEP Netherlands suportando a OXG Netherlands B.V totalizam R\$19.191 em 31 de dezembro de 2017, valor também vencido e suportado pela QGEP.

7. Estoques

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo refere-se basicamente a materiais e insumos necessários à execução de serviços no Campo de Manati.

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Materiais e insumos	863	1.542
Total	863	1.542

8. Bens Destinados à Venda

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica "bens destinados à venda", no valor de R\$70.003 representa os valores do inventário de bens destinados à venda de farm de petróleo e gás da ExxonMobil Energia Brasil Ltda. ("ExxonMobil Energy Brazil") e a phy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda. ("Murphy Oil") para os blocos SEAL-M-351 (R\$44.702) e SEAL-M-428 (R\$25.301) localizados na Baía de Sergipe-Alagoas. De acordo com os termos dos contratos de farm-out, a QGEP manterá 30% de participação e a ExxonMobil e Murphy Oil irão adquirir 50% e 20%, respectivamente (nota explicativa 14). No momento a QGEP está aguardando a aprovação pela ANP dos blocos mencionados acima.

9. Partes Relacionadas

(i) Transações com parte relacionadas. Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, descritas na nota explicativa 12, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados nesta nota. Os saldos das transações entre a Companhia e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Contas a receber - QGEP (e)	163.244	-	830	693
Ativo a receber - QGEP B.V. (d)	-	-	19.198	14.805
Total	163.244	-	20.028	15.498

	Consolidado			
	31/12/2017	31/12/2016		
Passivo - circulante	-	-	-	-
Contas a pagar - QGOG (b)	-	-	3.097	3.926
Contas a pagar - AFBV (c)	-	-	3.104	3.937
Total	-	-	6.201	7.863

	Consolidado	
	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
Receita de serviços (a)	7.372	9.561
Variação cambial sobre receita de serviços	153	195
Despesas gerais e administrativas (b)	(91)	(32)
Total	7.434	10.394

(a) Referem-se a serviços de consultoria técnica prestados pela QGEP para AFBV para aquisição pela controlada no exterior de equipamentos *subsea* e ao contrato de cost sharing entre as empresas AFBV e QGEP B.V. Estes valores são pagos em dólar norte-americano. Em caso de atraso do pagamento, multa de 2% e juros de 1% ao mês, *pro rata*, dia, são cobráveis. (b) O montante decorre do rateio de despesas pelo compartilhamento de recursos humanos especializada da Queiroz Galvão Óleo e Gás (QGOG) para contratação de seguros. As despesas incorridas foram cobradas através de critérios de rateio considerando os esforços demandados para cada atividade corporativa, com prazo de liquidação de 35 dias. No caso de atraso incorrerá juros de 1% ao mês. (c) Referem-se ao contrato de arrendamento de equipamentos *subsea* celebrados entre a QGEP e a AFBV categorizados como arrendamento operacional. Estes valores são pagos trimestralmente, em dólares norte-americanos. (d) Valor a receber da OXG Netherlands B.V referente aos *findings requests* para aporte no ARBV, vencidos em 04 de julho de 2016, 29 de agosto de 2016, 27 de setembro de 2016, 14 de dezembro de 2016 e 05 de janeiro de 2017 e que foram carregados igualmente pela QGEP Netherlands B.V e pelo Barra 15. a. i. (e) Em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de dezembro de 2017, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio (JCP) no valor de R\$189.603 (valor líquido de retenção de IRRF de R\$161.163), a serem imputados ao dividendo obrigatório do exercício do ano de 2017. O valor será pago pela empresa QGEP, à QGEP (ii) Garantias e fianças com partes relacionadas. A Companhia outorgou garantia de performance, em favor da ANP, quanto a todas as obrigações contratuais assumidas pela QGEP nos Contratos de Concessões firmados no âmbito da 11ª Rodada de Licitação. A QGEP possui outorga de fiança para garantir o financiamento contratado junto ao BNB (Banco do Nordeste do Brasil), conforme mencionado na nota explicativa 15. A QGEP garante a avaliação de ativos e empréstimos contratados pela QGEP da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e do BNB, conforme mencionado na nota explicativa 15. A Companhia é garantidora da AFBV junto à Tekeyk no contrato de afretamento do FPSO Petrojar 1, conforme mencionado na nota explicativa 22. (ii) Remuneração dos Administradores. Inclui a remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário e previdência privada e demais benefícios previstos no acordo coletivo), os relativos e encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS, dentre outros), a remuneração variável e plano de opção de ações do pessoal-chave da Administração conforme apresentada no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
Benefícios de curto prazo	3.844	3.751	7.882	9.240
Plano de opção de ações	-	-	2.118	1.809
Não são oferecidos pela Companhia benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e/ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho, exceto pelo plano de benefícios de aposentadoria descrito na nota explicativa 28.	-	-	-	-

10. Caixa Restrito

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Aplicação financeira - Garantidoras (a)	20.255	18.835
Fundo de abandono (b)	18.842	16.410
Antecipação Pacific (c)	-	32.519
Total caixa restrito	158.270	157.764
Circulante	-	32.519
Não circulante	158.270	125.245

(a) Garantia para empréstimos e financiamentos, conforme nota explicativa 15. (b) O "Fundo de abandono" é representado pelas aplicações financeiras mantidas para o compromisso de pagamento do abandono do Campo de Manati, as quais são administradas pela Petróbras (função de abandono - vide nota explicativa 17) e geridas por Bradesco Asset Management. A rentabilidade do fundo foi de 8,25% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (4,30% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016). (c) Valor antecipado pela Pacific Brasil Exploração e Produção de Óleo e Gás Ltda. ("Pacific") referente à quitação da inadimplência de aquisição de sísmica para os blocos de PAMA, como parte das obrigações mínimas assumidas nos blocos. Este montante foi liberado pelo Banco Itaú para uso da Companhia no dia 12 de setembro de 2017.

11. Impostos e Contribuições

11.1. Impostos e contribuições a recuperar.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Antecipação IR e CSLL	-	-	36.925	3.479
Imposto retido na fonte (a)	-	92	12.327	16.663
Saldo no IR e CSLL	-	-	710	14.112
Crédito PIS/COFINS	-	-	4.169	6.069
ICMS - ativo imobilizado	-	-	81	194
Outros	-	-	-	68
Total	-	92	54.212	40.586

11.2. Impostos e contribuições a recolher.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ICMS (b)	-	-	5.995	4.008
PIS/COFINS (c)	17.552	1	28.422	10.291
IRRF	61	59	1.486	1.424
IR e CSLL	10.966	-	10.966	-
Rentões (d)	-	-	4.012	2.673
Participação especial (d)	-	-	2.630	811
IRRF sobre remessas estrangeira (e)	-	-	4.736	-
Outros (f)	-	-	2.407	2.494
Total - circulante	28.580	62	62.455	21.701

(a) Referem-se basicamente a IRRF incluindo os créditos referentes ao sistema de cobrança semestral do imposto de fundo sobre a rentabilidade das cartas, denominado "come-cotas". (b) Débitos sobre a venda de gás natural do campo de Manati, o mesmo encontra-se líquido dos benefícios fiscais descritos na nota explicativa 18. (c) Referem-se aos débitos incidentes sobre a venda de gás natural do campo de Manati e JCP. (d) Participações governamentais e judiciais relativas ao IRRF sobre remessas estrangeiras devido a contratos de aluguel de embarcações (o valor ainda não foi objeto de cash call pelo Operador). (f) Basicamente refere-se a retenção de área e tributos retidos sobre serviços prestados. 11.3. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	
Gastos com imobiliza- dos corporativos	22.666	(e)	198.507
(+) Adições do exercício	569	-	(7.107)
(-) Baixas do exercício	(1.299)	-	406.460
Saldo em 31/12/2016	18.112	-	87.796
(+) Adições do exercício	185	(e)	1.022
(-) Baixas do exercício	(189)	-	109
Saldo em 31/12/2017	18.029	-	494.443

Em 31 de dezembro de 2016, as principais adições e baixas de imobilizado no exercício referem-se a: (a) edificações no BM-S-8, (f) adições ao BS-4, (g) adições no Campo de Manati, e (i) variação cambial sobre a provisão de abandono nos Campos de Camarão Norte, Manati e de Atlanta e da aquisição da provisão de abandono. Em 31 de dezembro de 2017, as principais adições ao BS-4, as principais adições ao BS-4 de imobilizado no exercício referem-se a: (e) adições e baixas ao BM-S-8, (f) adições ao BS-4, (g) adições no Campo de Manati, e (i) variação cambial sobre a provisão de abandono nos Campos de Camarão Norte, Manati e de Atlanta e da aquisição da provisão de abandono. Em 11 de julho de 2017, o Conselho de Administração aprovou a venda por US\$379.000 do total de sua participação (equivalente a 10%) no bloco exploratório BM-S-8 onde está localizada a área de Carcará, no pré-sal da Baía de Santos, para a Statoil Brasil Óleo e Gás Ltda. Em 5 de setembro de 2017 e 30 de novembro de 2017, o Conselho Administrativo de Defesa econômica - CADE e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP acordaram sem restrições o processo de venda, respectivamente. A Statoil pagou o valor de US\$189.500, correspondente a 50% do valor total da transação, no dia 30 de novembro de 2017, após o reconhecimento em outros operacionais líquidas. O restante será pago em parcelas relacionadas a eventos subsequentes, incluindo a celebração do Acordo de Individualização da Produção.

(f) Depreciação e amortização

	Depreciação e amortização		Amortização gastos com exploração de recursos naturais		Amortização gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás		Total
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Saldo em 31/12/2015	(5.546)	(12.224)	(691.178)	(708.948)	-	-	-
(-) Adições do exercício	(2.345)	(866)	(63.043)	(66.254)	-	-	-
(+) Baixas do exercício	597	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2016	(7.294)	(13.090)	(754.221)	(774.603)	-	-	-
(-) Adições do exercício	(1.624)	(853)	(61.953)	(64.430)	-	-	-
(+) Baixas do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2017	(8.919)	(13.948)	(816.174)	(839.041)	-	-	-

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
Lucro antes do IR e CSLL	397.244	-	152.838	-
Alíquotas oficiais de imposto	34%	-	34%	-
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(135.063)	-	(51.985)	-
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:	-	-	-	-
Incentivos fiscais	600	-	600	-
Equivalência patrimonial	141.887	-	141.887	-
Juros sobre capital próprio	(64.465)	-	(64.465)	-
Prejuízos fiscais não ativados (a)	-	-	-	-
Compensação prejuízos fiscais dos anos anteriores	17.354	-	17.354	-
Despesas indutíveis/receita não tributável:	-	-	-	-
Permanentes	(180)	-	(180)	-
Temporais	(2)	-	(2)	-
Imposto de renda/contribuição social correntes	(39.869)	-	(39.869)	-
Imposto de renda/contribuição social diferidos	-	-	-	-
(a) Referente a prejuízos fiscais e base negativa. Em 31 de dezembro de 2017 a QGPEP possuía prejuízo fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$27.457 e R\$ 27.458, respectivamente. (R\$78.498 para Prejuízo Fiscal e R\$78.499 para Base Negativa em 31 de dezembro de 2016), sendo que a QGPEP não registra ativos diferidos. Se imposto de renda e de contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda ou bases negativas de contribuição social, por não haver histórico de lucratividade fiscal até a corrente data e pela Companhia ser uma empresa de participação sendo o resultado de equivalência já líquido da tributação na investida.	-	-	-	-

	Consolidado	
	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
Lucro antes do IR e CSLL	434.619	167.855
Alíquotas oficiais de imposto	34%	34%
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(147.771)	(57.071)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:	-	-
Incentivos fiscais (a)	52.696	36.232
Juros sobre capital próprio	(64.465)	-
Compensação prejuízos fiscais dos anos anteriores	17.354	-
Despesas indutíveis/receita não tributável, líquidas:	-	-
Permanentes (b)	65.713	7.509
Temporais (d)	(2)	9
Prejuízos fiscais não ativados (c)	(769)	(1.638)
Imposto de renda e contribuição social	(77.244)	(14.958)
Imposto de renda/contribuição social correntes	(78.301)	(13.834)
Imposto de renda/contribuição social diferidos	1.057	(1.123)
(a) Incentivo fiscal apurado pelo lucro da exploração nas operações do Campo de Manati - nota explicativa 2.17.1. (b) A principal adição refere-se basicamente ao plano de opção de ações e benefícios de crédito presumido de ICMS. (c) A principal		

(*) Refletem receitas financeiras tais como remuneração da taxa CDI para títulos privados, remuneração da variação da taxa SELIC para títulos públicos e variação da moeda corrente norte-americana para fundo cambial (nota explicativa 4).

22. Informações Adicionais sobre Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás

a) Direitos e compromissos com a ANP. O Grupo possui a concessão de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos seguintes blocos:

Fase	Bacia	Bloco/ Campo	Data de concessão	Participação	%
Produção e desenvolvimento	Camamu - Almadá	Manati Camarão Norte (BCAM-40)	06/08/1998	Petrobras (operador)	35
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	45
	Santos	Atlanta e Oliva (BS-4)	06/08/1998	Geopark	40
				Brasol	40
				OP Energia	40
				Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	30
				Petrobras (operador)	30
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	20
	Camamu - Almadá	CAL-M-372	24/11/2004	Queiroz Galvão Exploração e Produção	40
	Exploração	Foz do Amazonas	FZA-M-90	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)
Queiroz Galvão Exploração e Produção					20
Espírito Santo		ES-M-598	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção	20
				Stattoli Brasil (operador)	40
Espírito Santo		ES-M-673	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção	40
				Stattoli Brasil (operador)	40
Pará - Maranhão		PAMA-M-265	30/08/2013	Petrobras	40
				Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	100
Pará - Maranhão		PAMA-M-337	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	100
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	25
Ceará	CE-M-661	30/08/2013	Total (operador)	45	
			Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	30	
Pernambuco -Parabá	PEPB-M-894	17/09/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	70	
			Petra Energia	70	
Pernambuco -Parabá	PEPB-M-896	17/09/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	30	
			Petra Energia	70	
Sergipe - Alagoas	SEAL-M-351(*)	23/12/2015	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	100	
			Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	100	
Sergipe - Alagoas	SEAL-M-428	23/12/2015	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	30	
			ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador)	50	
Sergipe - Alagoas	SEAL-M-501 (**)	29/01/2018	Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	50	
			Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	30	
Sergipe - Alagoas	SEAL-M-503 (**)	29/01/2018	ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador)	50	
			Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	20	

(*) Vide nota explicativa 14. (**) A QGEP e seus parceiros, ExxonMobil e Murphy Oil, adquiriram os blocos SEAL-M-501 e SEAL-M-503 na 14ª Rodada de Licitações da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) ocorrida em 27 de setembro de 2017. Estes blocos são adjacentes aos blocos SEAL-M-351 e SEAL-M-428. O valor total dos bônus de assinatura para estes blocos exploratórios é de R\$109.900, R\$33.000 (nota explicativa 4) para a QGEP. O consórcio também se comprometeu com a aquisição de dados sísmicos para os blocos (nota explicativa 14). A transação foi aprovada pela ANP e publicada no Diário Oficial da União dia 01 de fevereiro de 2018. Os prazos de concessão dos direitos nestes blocos são de 77 anos a partir da data de aprovação do plano de desenvolvimento. Na fase exploratória, que antecede o plano de desenvolvimento, os prazos são definidos no respectivo Contrato de Concessão. O quadro a seguir demonstra os compromissos assumidos pelo Grupo em função de seu atual portfólio de participações em projetos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural do Grupo:

Bloco/campo	Garantia para o PEM (% QGEP)	Ano do contrato	Bônus de assinatura	Área km²	Taxa de retenção de área por km² (Valores em Reais)			
					Exploração	Desenvolvimento	Produção	
Manati	-	2000	-	75,50	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
Camarão Norte	-	2000	-	16,470	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
CAL-M-372	7,3	2004	562	745.031	10%	239,00	478,00	2.390,00
PEPB-M-896	7,2	2013	637	722.400	10%	93,75	187,50	937,50
PEPB-M-894	3,6	2013	239	721.200	10%	93,75	187,50	937,50
FZA-M-90	48,9	2013	18.945	768.500	10%	644,80	1.289,60	6.448,00
PAMA-M-265	9,1	2013	3.020	766.300	10%	62,50	125,00	625,00
PAMA-M-337	68,6	2013	35.206	769.300	10%	214,93	429,86	2.149,30
ES-M-598	27,9	2013	14.182	769.300	10%	214,93	429,86	2.149,30
ES-M-673	9,0	2013	12.562	507,2	10%	95,49	190,98	954,9
CE-M-661	33,9	2013	10.116	760.900	10%	31,25	62,50	312,50
SEAL-M-351	11,8	2015	63.860	756,86	10%	875,73	1.741,76	8.757,30
SEAL-M-428	12,0	2015	36.143	746,24	10%	875,73	1.741,76	8.757,30
Atlanta e Oliva (BS-4)	-	1998	-	199,6	7,8%	200,00	400,00	2.000,00
Total	239,3		195,472					

Em 31 de dezembro de 2017, o compromisso remanescente relativo a Programas Exploratórios Mínimos ("Minim") das concessões mencionadas na tabela acima, anteriores à Rodada 11 de licitação da ANP, compreende a perfuração de 1 poço pioneiro, no BM-CAL-12 (Bloco CAL-M-372), prevista para ser iniciada em 2018/2019, ainda está sujeita a licença ambiental. Nos blocos adquiridos na Rodada 11 há o compromisso de perfuração de poço nos blocos FZA-M-90, CE-M-661, PAMA-M-337 e ES-M-598, com as operações de perfuração para serem realizadas a partir de 2019. Nos blocos adquiridos na Rodada 13 não há o compromisso de perfuração de poço nos blocos SEAL-M-351 e SEAL-M-428. A controlada QGEP detém 45% do campo de Manati, que iniciou sua produção em janeiro de 2007 e possui compromisso de abandono de suas instalações. Os seguintes pagamentos de participações governamentais e de terceiros estão previstos para a QGEP: • Royalties - Os valores são recolhidos a 7,5% do valor de referência ou do valor comercializado, dos dois o maior, a partir da data de início da produção da área de concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram provisionados R\$38.952 (R\$36.621 em 31 de dezembro de 2016) de royalties referentes à produção do campo Manati, dos quais R\$2.673 em 31 de dezembro de 2016) permanente no passivo a pagar naquela data. Esses gastos estão registrados na demonstração do resultado como custos. • Participação especial - A participação especial prevista no inciso II do art. 45 da Lei nº 9.478, de 1997 constitui compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, conforme os critérios definidos no Decreto nº 2705/98, e será paga, com relação a cada campo de uma dada área de concessão, a partir do trimestre em que ocorrer a data de início da respectiva produção. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram registrados R\$5.177 (R\$5.604 em 31 de dezembro de 2016) de participação especial na demonstração do resultado como custos, dos quais R\$2.630 (R\$811 em 31 de dezembro de 2016) permanente no passivo a pagar naquela data. • Pagamento pela ocupação ou retenção da área de concessão - Na fase de exploração, desenvolvimento e produção foi desembolsado o montante de R\$52.426 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, registrado na demonstração do resultado como custos operacionais e custos exploratórios (R\$2.224 em 31 de dezembro de 2016). b) Informações sobre as reservas. As reservas de gás provadas líquidas da controlada QGEP para o Campo de Manati foram apresentadas de acordo com os conceitos definidos pela Petroleum Reserves Management (PRMS), a qual foi aprovada pela Society of Petroleum Engineers, World Petroleum Council, American Association of Petroleum Geologists e a Society of Petroleum Evaluation Engineers em março de 2007. Estas reservas correspondem às quantidades estimadas de gás que pela análise dos dados geológicos e de engenharia de reservatórios podem ser estimados com razoável certeza, sob condições econômicas definidas, métodos de operação estabelecidos e sob as condições regulatórias vigentes. A estimativa de reservas possui incertezas que são ressalvadas pelas próprias certificadoras, e, assim sendo, alterações podem ocorrer à medida que se amplia o conhecimento, a partir da aquisição de novas informações. A reserva de gás estimada comercializável está apresentada conforme abaixo:

Reserva total campo (MMm3)	2018	2019	2020 em diante
	206,939	92,190	308,446

Total de compromissos

(*) Este montante representa a participação da QGEP nos consórcios por ela operados.

a) **24. Instrumentos Financeiros**

Nossas operações gerais. Os instrumentos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber, fornecedores, partes relacionadas e empréstimos e financiamentos. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de caixa e equivalentes de caixa. b) Categoria dos instrumentos financeiros.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	
1 - Perda por redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) - Individual e Consolidado	
Conforme Notas Explicativas 2.8 e 13 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	
Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Em 31 de dezembro de 2017 as demonstrações financeiras consolidadas apresentam ativo imobilizado e intangível no montante de R\$375 milhões e R\$410 milhões, respectivamente. A Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGCs") as quais esses ativos estão alocados. Para o cálculo do valor recuperável, e avaliação sobre a necessidade de registro de impairment, a Companhia utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado que incorpora julgamentos significativos em relação a fatores associados ao nível de produção futura, preço das commodities, custo de produção e premissas econômicas como taxas de desconto, taxas de inflação e taxas de câmbio onde a Companhia opera. Devido à relevância do ativo imobilizado e do ativo intangível e ao nível de incerteza para a determinação da perda por redução ao valor recuperável relacionado, que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse tema um assunto significativo para a auditoria.	Nossos procedimentos incluíram, entre outros: • Avaliação sobre os procedimentos de valorização dos ativos da Companhia, incluindo aqueles que visam identificar a necessidade de se constituir ou reverter um impairment; • Avaliação das premissas da Companhia para determinar o valor recuperável dos seus ativos, incluindo aqueles relacionados a produção, custo de produção, investimentos de capital, taxas de desconto e taxas de câmbio; • Avaliação dos critérios de definição e identificação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC); • Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, da projeção de fluxos de caixa, da razoabilidade e da consistência das premissas utilizadas na preparação das projeções de fluxos de caixa e composição dessas premissas com informações do mercado e com base no nosso conhecimento da Companhia e da indústria, bem como avaliação da análise de sensibilidade elaborada pela Administração; • Efetuamos também a análise da adequação dos cálculos matemáticos dos modelos econômicos dos fluxos de caixa futuros e resultados projetados, efetuando o cruzamento dos mesmos com as informações contábeis e relatórios gerenciais e com os planos de negócios aprovados; e • Avaliação da adequação da divulgação em relação ao teste do valor em uso e sua comparação com o valor justo, líquido do custo para vender ativos, nos casos aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos do ativo imobilizado e intangível, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2 - Provisão para abandono de áreas - Individual e Consolidado	
Conforme Notas Explicativas 2.8 e 17 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	
Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Em 31 de dezembro de 2017 as demonstrações financeiras consolidadas apresentam provisão para o abandono de áreas (ARO) no montante de R\$224 milhões. Devido à natureza das suas operações, a Companhia incurre em obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando há o abandono de áreas. A reabilitação de áreas e do meio ambiente é requerida tanto pela legislação em vigor quanto pelas políticas da Companhia. Estimar os custos associados a estas atividades futuras exige considerável julgamento em relação a fontes como o período de utilização de determinada área, o tempo necessário para reabilitá-la e determinadas premissas econômicas como taxa de desconto, taxas de moeda estrangeira e os valores originais que são cotados por fornecedores específicos. Devido à relevância da provisão para abandono de áreas e o nível de incerteza para a determinação da sua estimativa que pode impactar o valor dessa provisão nas demonstrações financeiras consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse tema um assunto significativo para a auditoria.	Nossos procedimentos incluíram, entre outros: • Avaliação dos procedimentos relacionados à determinação das estimativas do valor da provisão para restaurar e reabilitar áreas exploradas comercialmente pela Companhia; • Com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos as premissas utilizadas, incluindo o custo base das áreas a serem abandonadas, taxas de inflação, de desconto e de risco; • Análise da movimentação da provisão no exercício relativa às áreas abandonadas, restauradas/reabilitadas e a obrigação ambiental pertinente, visando avaliar os julgamentos inputs, como os custos, a inflação e as taxas de desconto, assim como o plano de abandono; • Conferência aritmética dos resultados das estimativas, confrontando-os com as informações contábeis e relatórios gerenciais; e • Avaliação da adequação da divulgação da provisão das obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do abandono de áreas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o saldo da provisão para restaurar e reabilitar áreas exploradas comercialmente pela Companhia, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal, todos independentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária da QGEP Participações S.A., realizada em 19 de abril de 2017, desentoveram, a partir da sua posse, trabalhos de forma abrangente tanto em conjunto como individualmente. As reuniões do Conselho Fiscal realizadas até a presente data contaram sempre com a presença dos três membros efetivos. Não somente, mas também nessas ocasiões, documentos e amplo conjunto de informações e esclarecimentos foram solicitados pelos membros do Conselho Fiscal e fornecidos pela Companhia. Nas reuniões, quando solicitadas, foram registradas as presenças de representantes da Administração e suas equipes, de sócio e gerentes da KPMG Auditores Independentes, bem como consultores jurídicos externos, para prestação de esclarecimentos, dentre outros, sobre (i) as demonstrações financeiras; (ii) as operações da Companhia e das controladas; (iii) a dinâmica dos negócios no período; (iv) gestão de riscos; (v) produção e receita provisionada; e (vi) a Companhia utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado que incorpora julgamentos significativos em relação a fatores associados ao nível de produção futura, preço das commodities, custo de produção e premissas econômicas como taxas de desconto, taxas de inflação e taxas de câmbio onde a Companhia opera. Devido à relevância do ativo imobilizado e do ativo intangível e ao nível de incerteza para a determinação da perda por redução ao valor recuperável relacionado, que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse tema um assunto significativo para a auditoria.

		31/12/2017		Consolidado	
		Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros					
Maniobos até o vencimento					
Caixa restrito					
		-	-	158.270	158.270
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e depósitos bancários					
	1.046	1.046	-	18.815	18.815
Contas a receber (I)					
	-	-	-	128.339	128.339
Partes relacionadas					
	-	-	-	20.028	20.028
Valor justo por meio do resultado					
	65.855	65.855	2.030.921	2.030.921	
Aplicações Financeiras (II)					
Passivos financeiros					
Custo amortizado:					
Fornecedores (I)					
	136	136	111.622	111.622	
Partes relacionadas					
	-	-	3.106	3.106	
Empréstimos e financiamentos (II)					
	-	-	325.182	264.239	
		31/12/2016		Consolidado	
		Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros					
Maniobos até o vencimento					
Caixa restrito					
		-	-	157.764	157.764
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e depósitos bancários					
	90	90	17.738	17.738	
Contas a receber (I)					
	-	-	102.292	102.292	
Partes relacionadas					
	-	-	15.498	15.498	
Valor justo por meio do resultado					
	-	-	1.319.862	1.319.862	
Equivalentes de caixa (II)					
	-	-	-	-	
Aplicações financeiras (II)					
Passivos financeiros					
Custo amortizado:					
Fornecedores (I)					
	41	41	69.933	69.933	
Partes relacionadas					
	-	-	3.937	3.937	
Empréstimos e financiamentos (II)					
	-	-	359.741	296.294	

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("non performance risk"), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo. O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "input" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia: Nível 1 - Os "inputs" são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data de mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado do seja o preço ou indiretamente (derivados dos preços). c) Risco de liquidez: A Companhia gerencia o risco determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "inputs" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou "inputs" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo. Nível 3 - Os "inputs" inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses "inputs" representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxos de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa. Os valores de mercado ("valor justo") estimados pela Administração foram determinados pelo nível 2 para estes instrumentos financeiros; (ii) Os valores relacionados aos saldos de contas a receber e fornecedores não possuem diferenças significativas ao seu valor justo devido ao giro de recebimento/pagamento destes saldos não ultrapassar 60 dias. (iii) As mensurações de valor justo são obtidas por meio de variáveis observáveis diretamente do seja o preço ou indiretamente (derivados dos preços). c) Risco de liquidez: A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, créditos aprovados de empréstimos e financiamentos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

		Controladora		Total	
		Até 1 ano	Total	Até 1 ano	Total
Fornecedores		136	136	136	136
Total		136	136	136	136

		Consolidado			
		Até 1 mês	De 1 a 3 meses	Até 1 ano	Até 10 anos
Fornecedores		109.764	26	1.491	111.281
Partes relacionadas		-	-	3.106	3.106
Empréstimos e financiamentos		-	-	288.369	439.569
Total		109.764	26	4.110	439.569

Operação

CDI anual em 31 de dezembro de 2017 (6,89%) 2.030.921

Equivalentes de caixa e aplicações financeiras (circulante e não circulante) - efetivo

Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2017

Redução do CDI 6,89%

5,17%

3,45%

Operação

CDI anual em 31 de dezembro de 2017 (6,89%) 158.270

Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2017

Redução do CDI 6,89%

5,17%

3,45%

Operação

Caixa restrito - estimado em 31 de dezembro de 2017

Redução do CDI 169.175

166.261

163.347

Receita estimada em 31 de dezembro de 2017

10.905

7.991

5.077

Efeito da redução na receita de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2017

(2.914)

(5.828)

(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o exercício a partir de 31 de dezembro de 2017, de acordo com o relatório Focus em 27 de fevereiro de 2018, emitido pelo Banco Central do Brasil.

		Consolidado			
		Saldo em 31/12/2017	Risco provável(a)	Cenário I - dete-rioração de 25%	Cenário II - dete-rioração de 50%
CDI anual em 31 de dezembro de 2017 (6,89%)		158.270	-	-	-
Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2017		-	6,89%	5,17%	3,45%
Caixa restrito - estimado em 31 de dezembro de 2017		-	169.175	166.261	163.347
Receita estimada em 31 de dezembro de 2017		-	10.905	7.991	5.077
Efeito da redução na receita de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2017		-	(2.914)	(5.828)	
(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o exercício a partir de 31 de dezembro de 2017, de acordo com o relatório Focus em 27 de fevereiro de 2018, emitido pelo Banco Central do Brasil.		-	-	(37.393)	(74.786)

		Consolidado			
		Saldo em 31/12/2017	Risco provável(a)	Cenário I - dete-rioração de 25%	Cenário II - dete-rioração de 50%
CDI anual em 31 de dezembro de 2017 (6,89%)		158.270	-	-	-
Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2017		-	6,89%	5,17%	3,45%
Caixa restrito - estimado em 31 de dezembro de 2017		-	169.175	166.261	163.347
Receita estimada em 31 de dezembro de 2017		-	10.905	7.991	5.077